



Foto: Ascom MMA

Brasil aperfeiçoa gerenciamento costeiro

Elevação do nível do mar, grandes tempestades, ondas gigantes, altas variações das marés e erosão das praias. A zona costeira-marinha brasileira enfrenta, nos últimos anos, fortes impactos, provocados, principalmente, pela mudança do clima. Os efeitos atingem não só o ambiente, mas também as populações. De 1991 a 2010, segundo dados oficiais, foram registrados ao longo da costa 32 mil desastres naturais, afetando mais de 100 milhões de pessoas.

No âmbito da CIRM, o Grupo de Interação para o Gerenciamento Costeiro - (GI-GERCO) visa orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira, para reduzir os perigos desses eventos extremos. Como parte desta ação, foi lançado, no dia 27 de março, em cerimônia no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, o Programa Nacional para a Conservação da Linha de Costa, o Procosta. A iniciativa tem o objetivo de promover o planejamento a longo prazo de ações que aperfeiçoem o gerenciamento costeiro no Brasil, ordenando a ocupação humana e adequando os vários usos da região à mudança do clima.

O programa inclui quatro projetos que vão levantar dados e permitir o diagnóstico e monitoramento da zona costeira-marinha, com a projeção dos cenários futuros e ma-

peamento dos riscos em função da mudança do clima. O trabalho será feito em conjunto por órgãos da União (ministérios do Meio Ambiente, Defesa, Integração Nacional, Marinha do Brasil, IBGE, Defesa Civil, Serviço Geológico Brasileiro, ICMBio), estados e municípios, com o apoio da área científica (universidades, centros de pesquisa).

DADOS

O objetivo do Programa é solucionar a falta de dados confiáveis em escala nacional sobre a dinâmica costeira. A partir das informações coletadas, onde os parceiros terão uma avaliação mais precisa da atual situação. Assim, poderão fazer previsões de possíveis alterações e definir estratégias de mitigação e adaptação, prevenindo futuros desastres que, além de afetar a dinâmica da zona costeira-marinha e suas funções biológicas e ecológicas, ponham em risco a segurança das pessoas.

O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, com 8,5 milhões de km². Possui litoral com 7.367 km, banhado a leste pelo Oceano Atlântico. O contorno da costa brasileira aumenta para 9,2 mil km se forem consideradas as saliências e reentrâncias do litoral. A área abrange 18 das 42 regiões metropolitanas do país, abrigando 26% da população brasileira e inúmeros empreendimentos econômicos, responsáveis por 30% do PIB nacional.

PROJETOS

O Procosta engloba quatro projetos. O primeiro deles, o Alt-Bat, busca compatibilizar os níveis de referência para descrição e representação do relevo terrestre (altimetria) e submarino (batimetria) em toda a zona costeira marinha. Isso permitirá a definição exata da linha de costa atual do país, o que contribuirá para o sucesso das futuras ações do programa.

O segundo projeto – Projeção de linhas de costa futuras e identificação de perigos – tem por objetivo fazer projeções, por meio de softwares de modelagem, sobre as alterações previstas para a linha de costa brasileira, considerando cenários futuros para os intervalos temporais de 5, 10, 25, 50 e 100 anos.

O terceiro – Projeto riscos costeiros e estratégias de adaptação – pretende, a partir da linha de costa atual, da projeção dos cenários futuros e do mapeamento dos perigos, realizar a avaliação dos riscos potenciais para a zona costeira, considerando os aspectos socioambientais e econômicos.

Por último, o quarto projeto – Monitoramento e Gestão para a Conservação da Linha de Costa – busca estabelecer diagnóstico, monitoramento e gestão contínuos da linha de costa, por meio de informações precisas, com o objetivo de fomentar o estabelecimento de uma cultura de risco, que vise ampliar a segurança das populações costeiras.



LEPLAC – Delegação brasileira se reúne na ONU para definição da Plataforma Continental na Margem Equatorial e Região Sul

No dia 8 de março, a delegação brasileira chefiada pelo Embaixador Mauro Vieira, Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), apresentou, na 46ª Sessão da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), na ONU, em Nova Iorque, a Submissão Brasileira Revista da Margem Equatorial, proposta técnica que visa à definição da extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas náuticas

nessa região. O intuito é determinar o limite exterior da área marítima na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinhos. Uma subcomissão será designada para iniciar o processo de análise do pleito brasileiro.

A delegação foi composta por representantes diplomáticos e militares lotados na Missão Permanente do Brasil junto à ONU e na Direto-

ria de Hidrografia e Navegação (DHN). A DHN é o braço executivo do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), programa do Governo Federal instituído pelo Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989, sob a coordenação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), com o propósito de estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira no seu enfoque jurídico.

Entre os dias 12 e 16 de março, a delegação brasileira reuniu-se, ainda, na Division of Aspects of the Law of the Sea (DOALOS/ONU), com os sete peritos da subcomissão da CLPC que analisam a Proposta Parcial Revista da Região Sul. Na ocasião, foram incorporados à delegação professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e consultores de notório saber das áreas de geologia e geofísica reconhecidos internacionalmente.

A subcomissão concordou com os pontos do pé do talude determinados pelo Brasil, a partir dos quais são aplicados os critérios do Artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) para o traçado do limite exterior da Plataforma Continental.

O exercício de soberania em área marítima além das 200 milhas náuticas, com base na CNUDM, constituirá um legado para as próximas gerações de brasileiros, que verão aumentadas as possibilidades de descoberta de novas reservas de petróleo e gás, de exploração de recursos minerais em grandes profundidades e de recursos da biodiversidade marinha, reconhecidamente um dos campos mais promissores do desenvolvimento da biogenética.

